

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.052 - PR (2018/0309542-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : F N M
ADVOGADOS : LUIZ GUILHERME RIBAS VIEIRA - PR063810
LUIZ HENRIQUE PEREIRA HARTINGER - PR057643
LEONARDO TOSSULINO - PR083472
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE - PR010747
ELISANDRA ZANDONÁ - PR053802
LUIZ ALBERTO GONCALVES - PR008146

DECISÃO

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. TUTELA INIBITÓRIA. DANOS MORAIS. FORNECIMENTO DE DADOS SIGILOSOS A TERCEIROS. CEF. LITISPENDÊNCIA. RECONHECIMENTO.

Tratando-se de pedido já formulado e outra ação, qual seja, indenização por danos morais em decorrência de alegada quebra de sigilo e fornecimento de dados sigilosos a terceiros por parte da CEF, resta evidenciada a litispendência, que impõe a extinção do feito sem julgamento do mérito, na forma do inciso V do art. 485 do Novo Código de Processo Civil.

Não obstante as contas sejam diversas, a causa de pedir em todas as ações até então propostas é única: a ilicitude da conduta de quebra de sigilo em processos da mesma natureza, patrocinados pelo autor em razão do mesmo fato (indenização de pescadores).

A quantidade de contas expostas, bem como a forma como isso ocorreu e os valores depositados em cada uma, deverão ser objeto da instrução probatória, uma vez que ilustram a causa de pedir, interferindo na intensidade do dano eventualmente sofrido.

A parte agravante sustenta ser indevida a extinção do processo por litispendência, pois as causas de pedir e os pedidos que constam da petição inicial não guardam identidade com os formulados em outras ações por ele intentadas. Sustenta que, como consequência do princípio da primazia da resolução do mérito, o pedido formulado na petição inicial deveria ser examinado.

Preliminarmente, necessário salientar que a via especial não é a sede própria para a discussão de matéria de índole constitucional, sob pena de usurpação da

competência exclusiva do STF.

Incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto ao tema da primazia da resolução do mérito, pois é estranho ao julgado recorrido, a ele faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

No mais, o exame dos autos revela que o autor propôs ação de indenização por danos morais, face a suposta violação de sigilo bancário por parte da instituição financeira ré. Afirma que os dados bancários foram divulgados por terceiros com a intenção de difamar e prejudicar a relação do autor com seus clientes. Argumenta que chegou a ser preso indevidamente por conta dos desdobramentos da quebra do sigilo, divulgado em diversos meios de comunicação. Requereu indenização por danos morais em face da quebra de sigilo de onze (11) contas, requerendo o valor de dez mil reais (R\$ 10.000,00) por cada violação, totalizando cento e dez mil reais (R\$ 110.000,00).

A sentença extinguiu o processo em face da litispendência, com os seguintes fundamentos (fl. 287 e-STJ):

Mediante consulta processual, verifiquei que nos autos nº 5002798-60.2016.4.04.7008 o autor igualmente pleiteia a condenação da CEF ao pagamento de indenização por danos morais em decorrência de alegada quebra de sigilo e fornecimento de dados sigilosos a terceiros. Contudo alega que o fato ocorreu em 18/09/2014, data em que foram fornecidos a terceiros dados da conta judicial nº 0398.040.0150036-7, de titularidade de Martha Volochen Teodoro.

Em decisão proferida naqueles autos, em 13/02/17, restou reconhecida a existência de uma demanda única, o que inviabiliza a tramitação das demais demandas já ajuizadas, incluindo-se a presente. Concluiu-se, também, que cada uma das contas que tiveram seus dados fornecidos a terceiros constituem apenas provas que o requerente alega possuir, não se justificando que acarretem o ajuizamento de diversas ações.

Nesse cenário, verifico que o pedido formulado nestes autos está contido nos pedidos formulados na ação nº 5002798-60.2016.4.04.7008.

Oportuno destacar que o reconhecimento da existência de uma demanda única não implica na negativa ao autor de uma solução integral do mérito, a qual será entregue nos autos nº 5002798-60.2016.4.04.7008. Ademais, por integrar o polo ativo daqueles autos, teve o autor plena ciência das decisões lá proferidas. Nesse sentido, como a presente ação está reiterando pedido já formulado nos autos nº 5002798-60.2016.4.04.7008, qual seja,

indenização por danos morais em decorrência de alegada quebra de sigilo e fornecimento de dados sigilosos a terceiros por parte da CEF, resta evidenciada a litispendência, que impõe a extinção do feito sem julgamento do mérito, na forma do inciso V do art. 485 do Novo Código de Processo Civil.

Ante o exposto, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, ante a constatação de litispendência, nos termos do art. 485, inciso V, do CPC/2015.

Ao julgar a apelação, o Tribunal de origem assim se manifestou sobre o tema controvertido (fls. 365/366 e-STJ):

No que refere à litispendência, nada a reparar no decisum impugnado, uma vez que todas as ações possuem mesmas partes, pedido e causa de pedir, não obstante cada ação mencionar a exposição indevida de contas correntes diversas.

Com efeito, a causa de pedir de todas as ações é a quebra de sigilo indevida perpetrada pela Caixa Econômica Federal, enquanto cada extrato e cliente distintos configuram apenas fatos desta mesma causa de pedir. Como bem ressaltado pelo juízo a quo, nas decisões acima transcritas, a causa de pedir em todas as ações até então propostas é única: a ilicitude da conduta de quebra de sigilo em processos da mesma natureza, patrocinados pelo autor em razão do mesmo fato (indenização de pescadores).

A quantidade de contas expostas, bem como a forma como isso ocorreu e os valores depositados em cada uma, deverão ser objeto da instrução probatória, uma vez que ilustram a causa de pedir, interferindo na intensidade do dano eventualmente sofrido.

Não há se falar, entretanto, em causas de pedir diferentes.

Ainda que o autor não tenha conhecimento de todas as contas que foram indevidamente expostas, o Código de Processo Civil autoriza a juntada de documentos novos, inclusive em grau de recurso (art. 435 do CPC/2015), sendo considerados novos aqueles que, ainda que referentes a fatos anteriores à propositura da ação, a parte desconhecia.

Além disso, a unificação dos pleitos em uma única ação vai ao encontro do princípio da economia processual e da segurança jurídica, pois evitará a pulverização de demandas sobre o mesmo fato, com possibilidade de soluções jurídicas contraditórias.

Por fim, cumpre observar que na ação n.º 5002798-60.2016.404.7008,

o autor emendou a inicial para que a indenização pleiteada abarque os danos decorrentes da quebra de sigilo de diversas contas judiciais, inclusive a que fundamentou a presente ação.

Assim, ainda que se considerasse cada conta judicial uma causa de pedir distinta, o fato é que a causa de pedir do feito em questão foi incluída na outra ação, configurando, de modo inquestionável, a litispendência entre as demandas.

Nesse contexto, deve ser mantida a sentença de extinção da ação por litispendência, uma vez que os fatos que configuram a causa de pedir desta demanda serão apreciados em outra ação.

Com efeito, requer o autor, ora recorrente, que esta Corte analise as violações narrados na inicial, examinadas pelas instâncias ordinárias, e se chegue à conclusão de que constituem arcabouço fático distinto a ponto de justificar a proposição de várias demandas - infirmando o juízo exarado na sentença e acórdão recorrido, de que as violações, na verdade, constituem provas do mesmo fato ilícito narrado em diversos processos - violação do sigilo bancário.

Essa pretensão, todavia, implicaria necessariamente o reexame de aspectos fáticos da lide, o que é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7/STJ. Na mesma direção, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 do CPC/15) - AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DO DEMANDADO.

1. A modificação do entendimento firmado pelo Tribunal de origem

acerca da ocorrência ou não da litispendência, bem assim quanto à purgação da mora e o pagamento do débito, exigiria o reexame do contexto fático probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.

Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 980.282/RJ, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 28/8/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TESE DE LITISPENDÊNCIA, ACOLHIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL

IMPROVIDO.

I. Na forma da jurisprudência, rever a conclusão firmada pelo Tribunal de origem acerca da existência, ou não, de litispendência, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp 609.226/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/05/2015; AgRg no AREsp 423.445/MA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 05/03/2015; AgRg no AREsp 631.139/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 10/03/2015).

II. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1329997/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 01/07/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

2. Em âmbito de recurso especial, não é admitido novo exame dos elementos do processo a fim de apurar a existência de coisa julgada já afastada pelo Tribunal local, com fundamento em análise das provas colhidas nos autos.

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 701.829/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

(AgRg no AREsp 147.611/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe 10/12/2014)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

